

Propostas para revisão do Plano Diretor da Estância de Atibaia

Quem somos

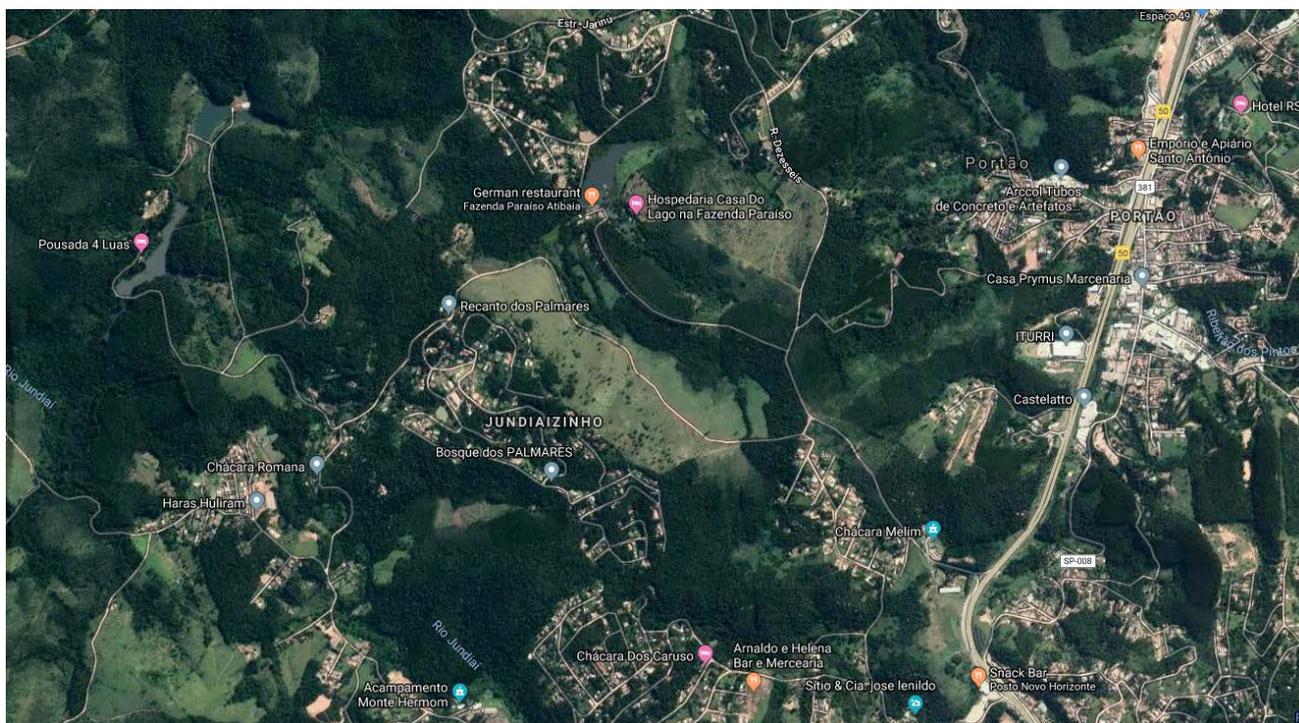
A Associação de Amigos do Recanto dos Palmares – AARP – é uma entidade do terceiro setor, legalmente constituída e devidamente identificada como de Utilidade Pública perante a Prefeitura da Estância de Atibaia. No intuito de contribuir para as melhores soluções para os problemas que afetam a região em que atua, a AARP submete à apreciação da equipe que coordena os estudos para a revisão do Plano Diretor considerações e sugestões de proprietários de imóveis no loteamento Recanto dos Palmares e em suas adjacências, assim como empreendedores e trabalhadores que atuam nessa região.

Nossas propostas estão fundamentadas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** estabelecidos pela ONU, que determinam 169 metas a serem alcançadas pelas administrações públicas até 2030 – a Plataforma 2030. Fazemos referência especialmente ao **ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis** –, proposta oportuna e necessária para a gestão urbana responsável em tempos de crise ambiental global. Nossas demandas refletem carências manifestadas pelos grupos de proprietários e usuários dos serviços públicos consultados, muitos dos quais são identificados no abaixo-assinado anexo.

Contexto físico

Situada no alto da Serra da Cantareira, a Região de Maracanã, cuja população estimada em 2015 não chegava a cinco mil habitantes¹, ainda preserva características prioritariamente rurais, mesmo na parte de seu território hoje classificada como área urbana. A rede hídrica que se espalha por toda a região é protegida por densa cobertura vegetal, matas que abrigam grande diversidade de aves, símios, roedores, anfíbios e insetos. Nossa região é um pulmão verde que presta serviços ambientais a todo o município.

Nosso território



¹ Lei Complementar 507 – Plano Diretor 2006 – Fonte PEA, Plano Diretor 2004 – Quadro/Tabela Q/T – A.10.8 – Prefeitura da Estância de Atibaia.

Quem sobe os primeiros 800 metros da Estrada Municipal José Cintra, que nasce no km 52 da Rodovia Fernão Dias, sentido São Paulo, chega a um território predominantemente residencial, no qual a região Maracanã se confunde com a região do Portão, e onde unidades unifamiliares se distribuem por diversos loteamentos: Jardim Brisa de Atibaia, Recanto dos Palmares, Bosque dos Palmares, Maringá 1 e 2, e a área da família Cintra, entre outros. Esses loteamentos acompanham toda a extensão da Fazenda Paraíso, referência de uso sustentável na região. E dois quilômetros adiante, pela Estrada José Cintra, está a Pousada 4 Luas, marco do turismo rural, um espaço único, em que o respeito pela natureza é levado ao extremo.

É esse o território em que vivemos e que queremos preservar. E é para esse território que apresentamos nossas propostas.

Conforto e preservação ambiental podem andar juntos

O presente documento aborda cinco temas específicos:

- 1) Recursos hídricos
- 2) Mobilidade urbana: transporte e segurança viária
- 3) Gestão de resíduos sólidos
- 4) Preservação da vegetação e da fauna
- 5) Selo verde: cidade solar

1) Recursos hídricos

ODS 6: Água potável e saneamento

Meta: Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos.

A precária rede de abastecimento de água de Atibaia obriga os moradores de áreas não atendidas pela SAAE a abrir poços, a maioria deles rasos, comprometendo o lençol freático e colocando em risco a própria qualidade da água extraída. Mesmo poços profundos, que contam com outorga de exploração de lavra, acabam por esgotar-se, o que obriga a abertura de novos equipamentos, ameaçando a estabilidade do subsolo.

Paradoxalmente, nossos esforços pela preservação do solo, do subsolo, das matas e da fauna são ameaçados pela nossa própria necessidade de abrir poços, um recurso que há muitos anos não se recomenda em áreas urbanas. No entanto, embora a rede pública tenha finalmente chegado ao Bairro do Portão, do outro lado da Fernão Dias, até esta data nenhum imóvel na nossa região é atendido pela SAAE.

NOSSA DEMANDA: Solicitamos que o Plano Diretor inclua a região Maracanã e imediações no programa de expansão da rede de abastecimento de água do município. Na análise dos próprios técnicos da SAAE, esse atendimento é tecnicamente possível, demandando tão somente a transferência de um determinado reservatório, já programado, para a bacia de outro rio, mais próximo à nossa região.

2) Mobilidade urbana

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Meta: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

O privilégio de viver em uma área com características rurais não pode custar aos moradores o preço da falta de acessibilidade ou da precariedade dos transportes. A mobilidade é condição básica para a educação das crianças e dos jovens; é essencial para o atendimento em casos de emergência; é indispensável para o desenvolvimento econômico e o empreendedorismo. Vias seguras e transporte

adequado são direitos e necessidades dos munícipes em todos os recantos da cidade, e a distância da região central não exime as autoridades de atendê-los em relação a esses direitos.

- Transporte rural, uma necessidade básica

Sob o argumento de baixa demanda, nossa região é atendida por uma única linha de ônibus, que circula em três horários. E mesmo essa única linha não é direta desde o centro de Atibaia, e demanda uma baldeação no Bairro do Portão. No entanto, devido a atrasos que ocorrem com frequência, os usuários perdem essa conexão e são obrigados a subir a pé até sua residência.

NOSSA DEMANDA: Solicitamos que o Plano Diretor determine a substituição da linha única de ônibus, que de fato circula com poucos passageiros, trocando esse modal por vans que não sejam movidas a diesel, e que circulem em horários mais frequentes. Além de mais satisfatória para os passageiros, essa solução terá menor impacto ambiental, e provocará menor desgaste sobre o leito carroçável.

- Vias transitáveis, condição para a segurança e a produtividade econômica

Mesmo o ponto mais extremo da nossa região está a menos de dez quilômetros da Rodovia Fernão Dias. A Estrada Municipal José Cintra é de terra batida, e por falta de manutenção, devido a manutenções mal feitas, ou ainda por defeitos técnicos, como ausência de canaletas para direcionamento das águas de chuva, torna-se frequentemente intransitável em vários trechos, mesmo em épocas de seca.

Obviamente, a qualidade das vias de circulação é crucial para a segurança física daqueles que as utilizam. Vias alagadas e lamaçais tornam os moradores reféns das chuvas em sua própria casa; crianças perdem dias de aulas; pessoas doentes não podem ser atendidas; atividades comerciais e/ou de serviços ficam prejudicadas; prestadores de serviços não podem alcançar seus clientes. Perdem todos, perde a cidade.





Estrada Municipal José Cintra, trechos destruídos durante as chuvas dos meses de janeiro a março de 2019. Solo em processo de erosão, risco iminente para veículos leves e pesados, risco grave para tráfego noturno.

É certo que as características rurais de nossa região não comportariam uma pista asfaltada, que seria agressiva para a paisagem e traria outros tipos de problemas, como excesso de velocidade e risco aos animais. No entanto, outros tipos de pavimento poderiam amenizar os transtornos frequentes causados pelas chuvas, ou mesmo por desbarrancamentos decorrentes da execução mal feita de obras de manutenção. E certamente uma manutenção correta e frequente da própria estrada de terra poderia evitar o desgaste precoce de vias recuperadas.

NOSSA DEMANDA: Solicitamos que o Plano Diretor inclua a reforma da Estrada Municipal José Cintra entre as obras viárias urgentes a serem contempladas, buscando uma solução técnica adequada ao ambiente rural que todos prezamos, e suficientemente segura para garantir a acessibilidade sob qualquer intempérie. Uma sugestão seria a combinação de materiais, substituindo o piso de terra por materiais drenantes **apenas nos trechos mais críticos da estrada.**

3) Gestão de resíduos sólidos

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Meta: Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* nas cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

ODS 12: Produção e consumo sustentável

Meta: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) determina que todos os atores envolvidos com os resíduos sólidos devem organizar-se para, a partir da situação atual da gestão dos resíduos sólidos, atingir os objetivos da Política em um prazo determinado.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Atibaia, elaborado em 2014-2015 pela SAAE (empresa de Saneamento Ambiental de Atibaia), é pouco conhecido pelos munícipes, e sua eficácia ainda não é visível. Como consequência, a cidade ainda não superou problemas crônicos, como o despejo irregular de resíduos e o descarte indevido de materiais recicláveis ou reaproveitáveis.

Educação, comunicação e boas práticas do setor público são condições essenciais para o sucesso do PMGIRS e do cumprimento dos ODS 11 e 12.

NOSSA DEMANDA: Solicitamos que o Plano Diretor determine a criação de uma comissão tripartite – primeiro, segundo e terceiro setores – para a implementação e o acompanhamento de ações previstas no PMGIRS. E que sejam instalados ecopontos nos locais viciados de descarte irregular, que devem funcionar como “ponta de lança” para a divulgação do Plano e a orientação dos munícipes em relação a boas práticas de prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

4) Preservação da vegetação e da fauna

ODS 15: Proteger a vida terrestre

Meta: Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

“Avaliações ambientais vêm observando que a disponibilidade de água e outros serviços ambientais são diretamente afetados pela deterioração dos ecossistemas devido a atividades humanas e outros fenômenos antrópicos, como a mudança climática e a poluição.”²

Entendidos como os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas, serviços ambientais incorporados ao conceito de bem-estar humano são “prestados” por nossas matas, nossas florestas, nossos rios e nossa vegetação. Proveem alimentos e água, controle de pragas e enchentes, benefícios culturais e espiritualidade, suporte para nossa flora e nossa fauna.

A imagem na página 2 mostra uma região coberta por matas densas, que são permeadas por uma rede hídrica abundante, e abrigam fauna e flora incomuns em áreas urbanas. Em conjunto, esses recursos naturais prestam a todo o município serviços ambientais que se traduzem em benefícios indiretos, como biodiversidade, produção e disponibilidade de água potável, regulação do clima, fertilidade do solo, paisagem, entre outros.

A preservação das condições para a prestação desses serviços ambientais torna-se, portanto, recurso essencial para a qualidade de vida na cidade, e demanda medidas legais que devem ser consideradas neste Plano Diretor.

NOSSA DEMANDA: Solicitamos que o Plano Diretor mantenha o zoneamento em nossa região como predominantemente residencial, sendo proibidas atividades industriais ou degradantes, e inclua políticas pontuais que fomentem atividades ambientalmente favoráveis nas áreas periurbanas, para valorizar a ampliação e a manutenção dos serviços ambientais prestados. Como exemplo, são modelos viáveis e estimulantes a redução do IPTU para imóveis com área vegetada e permeável significativa, e para lotes com área permeável superior à área mínima exigida em áreas de interesse ambiental.

5) Selo Verde: por uma Atibaia solar

ODS 7: Energias renováveis e acessíveis

Meta: Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética

² Cristina Montenegro, coordenadora do escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no Brasil, in “Serviços Ambientais: conhecer, valorizar e cuidar”, ISA – Instituto Socioambiental, 2008.

“Nos próximos anos, precisamos urgentemente transitar para uma sociedade neutra em carbono e deter e reverter a perda da natureza.”³

Em muitos países em todas as partes do mundo, sustentabilidade é hoje o conceito que fundamenta ações e políticas públicas ambientalmente responsáveis e eficazes. Na busca pelo Selo Verde, que atrai o apoio de agências internacionais de financiamento, várias cidades vêm investindo em políticas públicas baseadas no aproveitamento de recursos naturais renováveis, deixando de lado a matriz atual, que consome recursos finitos e gera poluentes.

A utilização de energia limpa e renovável é uma das metas mais urgentes para a viabilização de cidades sustentáveis, e a energia solar é uma das alternativas mais acessíveis para a mudança da matriz energética atual. No entanto, são necessárias políticas públicas de incentivo a essa modalidade energética, e um bom exemplo vem da cidade de Palmas, no estado do Tocantins: o Programa Palmas Solar oferece redução de impostos (como IPTU e ITBI), entre outros benefícios, para municípios e empreendedores que usam o sistema de energia solar fotovoltaica e de aquecimento solar em seus imóveis.

Atibaia também pode tornar-se uma referência, uma liderança nacional inspiradora, mostrando que é possível conciliar o desenvolvimento socioeconômico à conservação ambiental.

NOSSA DEMANDA: Solicitamos que o Plano Diretor determine a criação de uma comissão tripartite – primeiro, segundo e terceiro setores – para a implementação e o acompanhamento de ações previstas nos ODS, responsável pela formulação de políticas públicas voltadas à realização das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aplicáveis ao nosso município, especialmente para a mudança da matriz energética e a preservação dos nossos recursos hídricos.

³ Marco Lambertini, Diretor Geral - WWF Internacional.